



não serão juntados a este recurso, mas que, de praxe, respectivamente defendem a proteção e conservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, garantem o direito a cidades sustentáveis com planejamento e respeito à população, preservam o meio ambiente e combatem a poluição em qualquer de suas formas, classificam as áreas segundo suas peculiaridades, *in casu*, considerada zona de adensamento restrito 1 – ZAR 1 em que se faz necessário manter baixa densidade demográfica, dentre outros, argumentam ainda em Direito os recorrentes no sentido das normas e deliberações do COPAM, a saber:

Deliberação Normativa COPAM nº 177, de 22 de Agosto de 2012, que estabelece o Regimento Interno do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam. (Publicação – Diário do Executivo – “Minas Gerais” – 31/08/2012).

Art. 18 - As estruturas colegiadas do Copam reunir-se-ão em sessão pública, com quórum de instalação correspondente ao da maioria absoluta de seus membros, deliberando por maioria simples, independentemente da manutenção do quórum de instalação.

§1º - Para efeito do cálculo do quórum de instalação, não serão computadas as entidades ou órgãos com direito suspenso ou desligadas, conforme artigo 29 deste Regimento Interno, bem como aquelas para as quais não foram designados conselheiros.

§2º - Não havendo quórum para dar início aos trabalhos, o Presidente da estrutura colegiada aguardará por 30 (trinta) minutos, após os quais, verificando a inexistência do número regimental, cancelará a reunião, transferindo-a para outra data.

§3º - As matérias não apreciadas devido ao adiamento da reunião, por falta de quórum ou por insuficiência de tempo, serão pautadas para a reunião seguinte e analisadas prioritariamente.

Como visto, as exigências são para o quórum de instalação, tempo de tolerância para início da reunião e adiamento da pauta.

Ora, fica claro que o regimento interno e sua recente deliberação normativa trabalham para que a reunião aconteça com número qualquer de conselheiros, desde que a instalação se faça por maioria absoluta. Isso não demonstra boa vontade com a seriedade que os assuntos discutidos merecem ou deveriam merecer.

O tempo de tolerância para que se comece a reunião com o quórum exigido é de trinta minutos. Este tempo foi desrespeitado na 57ª reunião, quando somente depois de 1h e 15 minutos de atraso, com a chegada às pressas de uma conselheira, a presidente deu como iniciados os trabalhos de deliberação. Os protestos pela demora e descumprimento de artigo do regimento foram apresentados eloquentemente



pelos presentes, que não foram sequer ouvidos pela mesa diretora e que assim prosseguiu no feito da pauta do dia. O regimento foi violado neste dispositivo e a sociedade exige respeito e maior comprometimento do COPAM no trato das questões públicas e, por óbvio, de absoluto interesse público.

Assim posto, urge que a 57ª reunião seja cancelada e as licenças retornem à mesa para nova discussão com os interessados, agora, de preferência, com os conselheiros na posse de tempo suficiente para estudarem e analisarem detidamente o processo administrativo nos seus mínimos detalhes, inclusive e preferencialmente no que toca às seguintes questões de DIREITO:

1) Abastecimento de água na região, onde sempre se registram ausências de fornecimento. A falta d'água nas residências do Bairro, na Rua Musas e demais próximas é constante. Com o empreendimento a situação vai se tornar insuportável para as famílias moradoras da Rua Musas e ruas outras do entorno e região adjacente. A água tratada é um bem insubstituível à vida humana e uma obrigação do Estado.

2) A região está situada em Área de Diretrizes Especiais, no perímetro do tombamento da Serra do Curral.

3) A área está classificada como ZAR 1 onde a ocupação é desestimulada em razão de ausência ou deficiência de infraestrutura, de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário.

4) Se trata de uma via predominantemente residencial, com casas construídas há mais de trinta anos e com risco de trincas, abalos estruturais e desabamentos, acaso insistam na execução da obra do empreendimento.

5) O trânsito e tráfego enorme de pessoas e veículos na região já transformou as vias e entorno em um gargalo, com consequências graves para a mobilidade urbana, quase impossível não em determinados mas em todos os momentos do dia. Inclusive, em laudo lido na audiência a Prefeitura de Nova Lima declara que haverá impacto no trânsito e que afetará sua região. Acredita-se que pela vontade dos conselheiros presentes em votarem favoravelmente ao projeto, não tiveram ouvidos para este trecho do relato.

6) A altimetria máxima permitida para a área, classificada como APA 2, é de 9,00 metros.

7) As edificações previstas pelo empreendimento, com mais de 20 (nove pavimentos) e mais de 50 (vinte e sete pavimentos) metros de altura são vedadas para o local.

8) A norma de proteção da Serra do Curral não foi considerada de forma habilidosa e técnica por parte do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte quando deu anuência ao empreendimento (fls. 35



dos autos), uma vez que não apresentou pareceres técnicos e jurídicos de análise pontual do projeto, que assim justificassem sua decisão.

9) A medida compensatória declarada não tem relação com os impactos paisagísticos e ambientais que serão impostos à área da Serra do Curral.

10) A Deliberação Normativa do COPAM – DN 169/2011, com data de 26/08/2011, publicada no “Minas Gerais” de 27/08/2011, por todo o seu contexto merece apreciação especial, tamanha a “mágica” conseguida com sua edição e seus respectivos estragos para a sociedade.

Por esta DN, o COPAM definiu os critérios acerca do licenciamento ambiental estadual para as atividades e empreendimentos residencial multifamiliar, comercial ou industrial que, em função de sua construção, instalação ou ampliação, possam provocar significativo aumento do fluxo de veículos no sistema viário do entorno da Estação Ecológica do Cercadinho, conforme dispõe a artigo 4-B da Lei Estadual 15.979/2006.

Veja-se o que diz seu art. 2º:

“Art. 2º da DN 169/2011 - Os empreendimentos ou atividades que atendam os critérios dispostos nessa Deliberação Normativa serão enquadrados, para fins de licenciamento ambiental, na classe 3, conforme Deliberação Normativa COPAM 74, de 09 de setembro de 2004, ficando assegurado ao empreendedor solicitar a apresentação da planilha de custos efetivamente gastos pelo Estado em seu licenciamento ambiental”.

Por sua vez a DN COPAM nº 74/2004 prevê em seus artigos 1º e 16:

“Art. 1º - Os empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente sujeitas ao licenciamento ambiental no nível estadual são aqueles enquadrados nas classes 3, 4, 5 e 6 , conforme a lista constante no Anexo Único desta Deliberação Normativa, cujo potencial poluidor/degradador geral é obtido após a conjugação dos potenciais impactos nos meios físico, biótico e antrópico, ressalvado o disposto na Deliberação Normativa CERH n.º 07, de 04 de novembro de 2002”.

“Art.16 - As normas estabelecidas pelo COPAM referentes à classificação de empreendimentos conforme a Deliberação Normativa n.º 1, de 22 de março de 1990 passam a incidir segundo a seguinte correspondência:

I – Pequeno porte e pequeno ou médio potencial poluidor: Classe 1;

II – Médio porte e pequeno potencial poluidor: Classe 2;



WILSON CAMPOS
Advocacia e Consultoria Jurídica

11

Processo: 22142.2011.001.2011
Documento: R224626.2012



Pág.: 741

III – Pequeno porte e grande potencial poluidor ou médio porte e médio potencial poluidor: Classe 3;

IV – Grande porte e pequeno potencial poluidor: Classe 4;

V – Grande porte e médio potencial poluidor ou médio porte e grande potencial poluidor: Classe 5;

VI – Grande porte e grande potencial poluidor: Classe 6.”

Percebe-se que esta DN COPAM nº 169, com data de 26.08.2011, foi publicada no “Minas Gerais” de 27.08.2011.

Por outro lado, a Audiência Pública, na Marcenaria Utópica, realizada pelo COMAM, foi no dia 24.08.2011:

DOM – DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO -
Quarta-feira, 17 de Agosto de 2011, Ano XVII -
Edição N.: 3890, Poder Executivo, Secretaria
Municipal de Meio Ambiente – COMAM.
COMUNICADO. AUDIÊNCIA PÚBLICA NO DIA
24/08/2011. O Conselho Municipal do Meio
Ambiente - COMAM torna público que realizará no
dia 24/08/2011, quarta-feira, de 19:30 às 21:30
horas, na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.700 – Utópica
Marcenaria<<http://www.guiabh.com.br/agitos/esta-belecimento/234/utopica-marcenaria.aspx>>,
AUDIÊNCIA PÚBLICA para discussão do
empreendimento “Parc Etoile”, de responsabilidade
da Mais Invest Empreendimentos e Incorporações
S/A – CNPJ 22.086.003/0001-22, em fase de
Licença de Implantação através do Processo
Administrativo n.º 01-116.797/11-61. Trata-se de
empreendimento hoteleiro, conforme disposto no
artigo 4º da Lei Municipal nº 9.952/10, com área
construída estimada em 61.213,56 m², localizado à
Rua Musa, s/nº, lotes 01B, 002A e 004A a 011A do
Quarteirão 001, e lotes 036 e 037 do Quarteirão
308, Bairro Santa Lúcia – Regional Centro-Sul.
Informa, ainda, que o estudo ambiental encontra-se
à disposição para consulta na Gerência Executiva do
COMAM - GEXMA/SMMA, Av. Afonso Pena n.º
4.000 / 7º andar, bairro Mangabeiras. Belo
Horizonte, 12 de agosto de 2011. Antônio Sérgio
Lima Braga. Secretário Municipal de Meio Ambiente.
Presidente do Conselho Municipal do Meio
Ambiente.



Data venia, dá-se por muita coincidência que a DN nº 169/2011 tenha sido publicada logo após a realização da Audiência Pública, pois a argumentação mais forte, àquela época, para afastar o licenciamento pelo COMAM (PBH), era a existência da Lei Estadual que determina que o licenciamento seja concedido por órgão competente do Estado.

A Lei nº 15.979, de 13.01.2006, cria a Estação Ecológica do Cercadinho e dá outras providências:

Artigo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 18.042, de 13/1/2009 – “Art. 4ºB - Todo empreendimento residencial, comercial ou industrial que, em função de sua construção, instalação ou ampliação, possa provocar significativo aumento do fluxo de veículos no sistema viário do entorno da Estação Ecológica do Cercadinho fica sujeito a licenciamento ambiental no âmbito do Estado”.

Diante do exposto, muito há para o Poder Público explicar quanto a este empreendimento, cuja construção se pretende permitir em cima de parte da Rua Musas. O bem público é propriedade da população e não pode ser vendido como se da Administração fosse. O titular dos bens públicos é o povo e cabe ao Município e seus agentes apenas a guarda e conservação dos mesmos.

Assim e nesse sentido se busca a proteção da JUSTIÇA, uma vez que, como notoriamente sabido, apesar de todas as mazelas, indiscutivelmente, quem dá segurança à sociedade é o Poder Judiciário.

IV) CONSIDERAÇÕES

A política ambiental está perdendo sua característica mais ampla, qual seja a de considerar os vários aspectos do desenvolvimento humano, em função de uma política cruel e desenvolvimentista que privilegia a dimensão econômica. Trata-se de uma *doxa* do desenvolvimento que traz em seu bojo a imposição da lógica de mercado em detrimento do desenvolvimento socioambiental.

No âmbito do paradigma da adequação evidenciam-se os problemas estruturais e procedimentais do licenciamento ambiental. Destaque-se a oligarquização da política ambiental, constituída por um campo hierarquizado, onde relações de poder acabam por perpetuar uma visão única de desenvolvimento a qualquer preço e, mesmo que seja sempre em prejuízo da sociedade.



As comunidades atingidas são usurpadas de seus meios ambientes através da desterritorialização, da mudança de legislação, da retirada de garantias e da ingerência do Poder Público que negligencia na defesa dos interesses públicos.

Tais indúvidas situações se desdobram em falhas procedimentais no processo de licenciamento, decorrentes do mero descumprimento de regras previstas na legislação pátria. Estas violações acarretam em estudos de impacto ambiental falhos e tendenciosos, uma vez que empreendedores e consultores ambientais têm seus papéis imbricados. As dificuldades de acesso à informação, em função da pouca disponibilidade dos documentos para a sociedade, assim como as barreiras administrativas e técnicas impostas, limitam o engajamento, alijando as comunidades atingidas do processo decisório. A marginalização das audiências públicas como única instância de participação das comunidades, as falhas constantes de regulação dos órgãos ambientais e a falta de conhecimento apropriado dos conselheiros acerca dos processos administrativos e seus pareceres técnicos, resultam em tomadas de decisões equivocadas e sempre em prejuízo das comunidades.

Contudo, é importante salientar que apesar de todas essas falhas no que tange a sua função de averiguar e avaliar a viabilidade ambiental e social de empreendimentos causadores de irreversíveis impactos socioambientais, o licenciamento ambiental é combatido por setores do governo que o entendem como um “entrave” ao desenvolvimento do País. A propósito do condicionamento do crescimento econômico, existe uma velada ameaça aos tímidos passos até agora dados em direção a processos menos autoritários. Isso também representa um risco de retrocesso ao autoritarismo implacável de décadas atrás.

Portanto, perante a Constituição da República, suas Leis delegadas e a sociedade, o COPAM deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e compete-lhe o exercício de suas funções com transparência, cabendo-lhe ainda analisar, orientar e licenciar ou autorizar, por intermédio de suas Unidades Regionais Colegiadas - URCs, com apoio dos órgãos seccionais do COPAM, a viabilidade, a implantação e a operação de atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, determinando igualmente a realocação, a suspensão ou o encerramento dessas atividades.

Nesse sentido perfila o pedido dos recorrentes para que seja suspensa a licença prévia concomitante com a licença de instalação do empreendimento em debate.

V) DOS PEDIDOS



WILSON CAMPOS
Advocacia e Consultoria Jurídica

14

Processo: 22142/2011.001/2011
Documento: R224626/2012



Pág.: 744

À vista de todo o exposto, os autores REQUEREM:

- 1) A análise por parte desta Secretaria, da Câmara Normativa Recursal e dos Conselheiros, de todo o processo administrativo e de todos os quesitos levantados por infringência e motivadores deste Recurso.
- 2) O CANCELAMENTO da 57ª reunião do COPAM – URC RV, na parte que tratou do assunto que originou este recurso, por violação do artigo 18 do Regimento Interno - DN 177/2012, que trata do quórum e do tempo tolerável para início da reunião de pauta.
- 3) O CANCELAMENTO de licença prévia ou de instalação do empreendimento, por violar a Constituição Federal, por ferir a legislação ambiental citada no preâmbulo e por ser nesse sentido a Recomendação Conjunta nº 15/2012 do Ministério Público de Minas Gerais.
- 4) A não aprovação da ata de audiência anterior com a aprovação dos licenciamentos, baixando em diligência imediata o processo da Mais Invest aqui referido, para que este órgão não compactue com irregularidades e ilegalidades, que levem ao descrédito de tão importante Conselho.
- 5) Seja, ao final, julgado PROCEDENTE O RECURSO para declarar a nulidade das licenças prévia e de instalação do empreendimento.

Termos em que

Pedem e Esperam Deferimento.

Belo Horizonte/MG, 23 de outubro de 2012.


WILSON FERREIRA CAMPOS
OAB/MG 124.123

C/ Cópia ao Exmo. Senhor Governador do Estado de Minas Gerais.

C/Cópia ao Exmo. Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Social.

C/Cópia aos senhores da imprensa.